

## **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: FRAGMENTOS DA MEMÓRIA REVISITADA (1932-45)**

**SONIA MARIA DE CASTRO NOGUEIRA LOPES – PUC-RIO**

### **Introdução**

Há sete décadas fazendo parte da paisagem e da memória coletiva<sup>1</sup> da cidade, o prédio do Instituto de Educação do Rio de Janeiro seduz e povoa o imaginário não só de ex-alunos e professores, mas de uma significativa parcela da população carioca de gerações mais antigas, trazendo à lembrança um momento mágico de nosso passado, identificado com o que se convencionou chamar de “anos dourados”.

Esse período – representado pelos anos 1950/60 - é registrado pela maioria dos integrantes do corpo docente do atual ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - como o momento marcante da história da instituição, que, no seu entender, tem “*123 anos de tradição na formação de professores*”.<sup>2</sup> Percebe-se, através dos depoimentos, que a identidade do Instituto de Educação confunde-se com a da antiga Escola Normal do Império, enquanto a memória construída pelos *pioneiros* da Educação Nova, por ocasião da criação do Instituto, em 1932, é quase ou totalmente ignorada. De certa forma, é compreensível que os entrevistados, antigos alunos naquelas décadas, identifiquem esse período como o mais significativo da instituição, entretanto, é no mínimo curioso que, ao longo de sua permanência na escola, não tenham tomado conhecimento da história de sua criação e das experiências ali desenvolvidas durante a década de 1930. Como se explica o esquecimento dessa memória? Essa questão vem adquirindo centralidade em nossa pesquisa. Evidentemente, este artigo não tem a pretensão de respondê-la, apenas aponta caminhos, tentando deslocar nosso olhar para algumas pistas que talvez nos permitam reconstruir uma versão dos fatos, conscientes de que cada época fabrica a sua própria representação do passado.

### **Fragmentos de memória: lembranças de uma geração**

Uma das lembranças mais vivas no espírito daqueles que passaram pelo Instituto de Educação em qualquer época, diz respeito às manifestações festivas. Tomemos a festa como alicerce para nela ancorar as lembranças que o Instituto evoca em seus antigos alunos e professores a partir da data magna da instituição, o 5 de abril, dia em que se comemora o seu aniversário e tem lugar a cerimônia de incorporação dos novos alunos, evento só comparável à tradicional *festa do adeus*, na qual as normalistas se despedem do colégio<sup>3</sup>.

A palavra latina *commemorare* significa lembrar, possuir uma memória comum em relação a um determinado acontecimento. Toda comemoração supõe festejos, e toda festa, pelo seu caráter repetitivo, quase sempre anual, traz em si a ilusão de que o passado insistentemente celebrado, torne-se de alguma maneira mais real, mais próximo de nós, deixando de ser aquele “país estrangeiro” de que nos fala Lowenthal (1998). “*Não existe festa sem reminiscência*”, diz com

muita propriedade Mona Ozouf (1976, p. 217), exatamente porque a festa traduz, no seu simbolismo, a sensação de unidade e pertencimento necessária à identidade do grupo. Num belo capítulo de seu livro *Mitos e mitologias políticas*, Girardet (1987) também discorre sobre o desejo da unidade que se apodera dos homens e os conduz ao ato da festa, simbolizada pelo banquete, “*a refeição tomada em comum, consagração e representação visível da comunhão dos corações e das almas*” (p. 142).

O calendário festivo de uma instituição reflete a sua memória e esclarece de que maneira os *senhores* dessa memória desejam vê-la perpetuada. As festas existem para estabelecer a correspondência de um tempo remoto com um tempo presente, são rituais que evocam a tradição, explicam as nossas origens, criam vínculos onde há hiatos, evitam discursos conflituosos, desvios de interpretação, lacunas. Cuidadas em relação ao cerimonial, apoiam-se em suportes materiais como hinos, bandeiras, legendas, vestimentas, símbolos que lhes garantam credibilidade. “*A festa é uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa*” ( Ozouf, op. cit. p. 224)

Considerando a relevância das comemorações para o estudo que pretendemos desenvolver, partiremos delas para tentar interpretar, na fronteira entre memória e história, os acontecimentos que nos foram relatados pelas antigas alunas. Através de suas narrativas, observamos também várias formas de entender o mundo, imbricadas em uma complexa rede onde se cruzam dimensões diversas de tempos e espaços, lembranças e esquecimentos, objetos físicos e simbólicos, memórias de gênero e memórias de geração, a ponto de não distinguirmos se as lembranças são mesmo pessoais ou se foram incorporadas de outras pessoas. De qualquer forma, como enuncia Bosi (1994), “*o grupo é suporte de memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso o seu passado*” (p. 417)

Alda Gomes de Carvalho orgulha-se de ter sido aluna da primeira turma de professores formada pelo Instituto de Educação, em 1934. Veio da Bahia menina e em 1928 prestou concurso para a antiga Escola Normal, cujo curso compunha-se de 4 anos, realizados após a conclusão dos estudos elementares.

Quando eu fiz o concurso, a Escola Normal era no Estácio, na rua Joaquim Palhares. Depois é que eu fui para o Instituto de Educação, na rua Mariz e Barros. Isso já foi em 1930, houve aquela cerimônia toda, ali no pátio do chafariz, tudo muito organizado. (...) O dia eu não lembro... Também já é pedir demais, não é? Mas não era em abril, 5 de abril não me diz nada. Outubro sim, era um mês muito importante para o Instituto em que se fazia a comemoração do aniversário da escola, o dia não sei ao certo (...) A minha turma começou no sistema antigo, mas em 1932 houve uma adaptação de estudos e nós ingressamos na Escola de Professores que o Anísio Teixeira criou, porque nessa época o Instituto se tornou uma unidade, entende? Havia desde o Jardim de Infância até a Escola

de Professores. Anísio Teixeira levava muito contra, mas ele dizia que era necessário e levou avante. Era um homem de muito saber que dava valor ao magistério<sup>4</sup>

Marília Marques da Costa, como suas cinco irmãs, estudou para ser professora, porque segundo ela *“naquele tempo era só o que se podia ser”*. Formada na turma de 1937, exhibe com orgulho o diploma expedido pela Universidade do Distrito Federal, que lhe dá direito de ganhar *“um dinheirinho a mais por causa do curso superior”*.

Eu queria mesmo era ser médica, mas não podia... Aí entrei para a Escola Normal no início de 1930. Nesse mesmo ano se deu a mudança para o prédio novo. Era a época da revolução, sabe? A diretoria foi avisada de que viriam uns soldados do Rio Grande do Sul para se instalar no primeiro prédio público que encontrassem vazio, o prédio que estava vazio era o Instituto de Educação que ainda não tinha sido inaugurado. Então foi feita a mudança, em menos de uma semana e fomos para o Instituto. Isso aconteceu em outubro, no final do mês, eu acho, mas não lembro o dia...(...) Não tenho a menor idéia dessa festa de 5 de abril, mas a de outubro era uma festa cívica, sabe, muito singela. Todos formados no pátio, compareciam algumas autoridades, mas ficavam lá em cima... (...) Não lembro de Anísio Teixeira, ele era político, não é? Da cúpula... Mas lembro muito de Lourenço Filho, nosso diretor, ele percorria as salas, falava muito das mudanças que estavam ocorrendo no Instituto, explicava porque nós tínhamos que estudar mais<sup>5</sup>

Marion Villas Boas Sá Rego é a mais jovem do grupo. Entrou para a escola secundária do Instituto de Educação no início de 1938 e formou-se em 1944. Nessa época, não havia mais a Escola de Professores e o Instituto já fora desvinculado da Universidade do Distrito Federal. Marion passou cinquenta e dois anos de sua vida no Instituto, chegando à direção geral em 1988.

Na época da Reforma Capanema eu já estava a 5<sup>a</sup> série da escola secundária. Aí tudo mudou, porque começou o curso ginásial de 4 anos e o normal de 3 anos. Nossa 5<sup>a</sup> série foi aproveitada como 1<sup>o</sup> ano normal e eu só fiz mais dois anos. (...) “Não me lembro na época de aluna de comemorarmos o dia 5 de abril, a festa era em 12 de outubro, que era o dia do aniversário do colégio, mas parece que alguém andou pesquisando a história da antiga Escola Normal e descobriu que ela havia sido fundada em 5 de abril, aí começaram a comemorar essa data, mas o dia 12 de outubro permaneceu no calendário de eventos como o dia da normalista, que era próximo ao dia do mestre. Era uma semana inteira de festas... (...) Havia muitas festas cívicas no Instituto na minha época de aluna, mas a maior de todas era a Parada da Raça realizada no campo do Vasco, quando nós cantávamos regidas pelo Maestro Villa Lobos. Aquela época, como você deve saber, era o auge do nacionalismo<sup>6</sup>

Cada geração tem de sua cidade, de seu bairro, ou de sua escola, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos referenciais de sua história. Daí entendermos geração não somente como um conjunto de pessoas da mesma faixa etária que viveu na mesma época, pois a noção de idade só tem sentido se for relacionada a um grupo social ideologicamente circunscrito na comunidade nacional, *“um grupo detentor de uma memória coletiva, balizada pelos mesmos episódios, pontuada pelos mesmos pontos fortes que são aqueles das experiências coletivas vividas simultaneamente”* ( Girardet, 1983, p. 263). O grupo de uma mesma geração possui,

portanto, mentalidade específica forjada por um acontecimento marcante. Na visão de Pierre Nora (1993), a geração se constitui em lugar de memória,

pelo seu conteúdo demográfico, portanto material; por ser funcional, na medida em que garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão e simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (p.22)

O episódio marcante dessa geração parece ter sido a “revolução” de 30 e seus desdobramentos, que Marília perfeitamente articulou com o momento de inauguração do novo prédio da Escola Normal, cuja construção foi o grande marco da administração de Fernando de Azevedo em sua gestão frente à Instrução Pública do Distrito Federal, obra com a qual monumentalizou o seu projeto reformista. Alguns anos depois, o autor de *A Cultura brasileira*, voltaria a referir-se a essa reforma como o ponto culminante do movimento renovador. “Foi por essa reforma que uma verdadeira revolução se operou no país, (...) que se despertou, no Brasil, a consciência educacional e se inaugurou uma nova política de educação” (Azevedo, 1958, p. 157).

Inaugurada em uma data particularmente emblemática, a nova Escola Normal parecia incorporar o estado de compromisso entre a velha e a nova ordem, reproduzindo assim a face política do momento e a própria ideologia do movimento escolanovista, cuja proposta reformista pouco tempo depois consubstanciada no *Manifesto dos Pioneiros* apresentava contradições flagrantes, até mesmo pela diversidade de matizes ideológicos que abrigava.<sup>7</sup>

O projeto educacional de Azevedo trazia a marca do liberalismo elitista<sup>8</sup>, sua concepção conservadora da educação percebia a perpetuação das tradições como um freio social capaz de conduzir a mudança dentro da ordem. Para ele, a formação das classes dirigentes e a educação das massas seriam duas faces de um único problema, de cuja solução dependia a estabilidade da estrutura social e o equilíbrio político das instituições (Azevedo, 1931, p. 105). A fonte conformadora de seu pensamento é a obra de Durkheim e a busca da unidade e do consenso são as marcas registradas do projeto azevediano, para quem a escola seria uma instituição democrática à medida que possibilitasse a mobilidade social, estabelecendo uma hierarquia pela competência. Na perspectiva dos liberais igualitaristas, que tinham como referência o pensamento de Anísio Teixeira, a escola deveria ser única, renovada, voltada para o trabalho, para a experiência, aberta a todas as camadas sociais com o objetivo de construir uma nova sociedade (Teixeira, 1997).

Na verdade, essa tensão é um indício da modernidade, em que referências múltiplas, muitas vezes contraditórias, permitem a coexistência da tradição com o novo. Na concepção de Gilberto Velho (1994), essa é uma das marcas da sociedade moderna, na qual pode-se identificar “a existência de diferentes visões de mundo e estilos de vida” (p. 97). A individualização, própria

dessa sociedade, faz com que a memória dos indivíduos adquira maior relevância social e a noção de projeto parece estar vinculada à idéia do indivíduo-sujeito<sup>9</sup>, a partir da consciência e valorização de uma individualidade singular. Seria a consciência dessa singularidade baseada na memória que possibilitaria aos sujeitos formular e conduzir seus projetos.

Talvez pela certeza de que a memória é imprecisa e fragmentada, os indivíduos tentem articular as suas idéias e ações a projetos que lhe confirmem identidade. Fernando de Azevedo empenhou-se em construir a memória da Escola Nova com uma dedicação de *missionário*, tentando conferir ao movimento uma identidade própria. Seu projeto de educação, de cunho marcadamente elitista foi negociado com os mais progressistas em prol da unidade necessária ao Movimento dos Pioneiros, cujo *Manifesto*, seria por ele redigido. Na carta que escreve a Anísio em fevereiro de 1932, buscando adesões para o movimento, isso torna-se claro:

Nesse momento de confusão é preciso definirmos a nossa posição, estabelecendo os nossos princípios fundamentais e o nosso programa de reconstrução educacional (...) Não desanime, não esmoreça, meu caro...(...) Estou aflito por você, por nós, pelos nossos ideais.<sup>10</sup>

Como nos lembra Velho, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com o *outro*, seja ele individual ou coletivo. Ele existe como “*meio de comunicação, como maneira de expressar e articular interesses objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo*” ( op. cit., p. 103). Partindo da idéia de que a memória é fragmentada e a construção da identidade depende da organização desses fragmentos, será o projeto que dará sentido e estabelecerá a continuidade entre as partes.

Na memória discente de Alda, a figura de Anísio Teixeira ocupa um lugar de destaque por ser o criador da Escola de Professores a que ela se refere com orgulho. A idéia de unidade conferida ao Instituto também não escapou a sua percepção, uma vez que ali foram implementadas além da escola secundária, uma escola primária e o Jardim de Infância que serviriam como campos de aplicação para os futuros professores.<sup>11</sup> A *Escola de Professores* seria pouco tempo depois, articulada à Universidade do Distrito Federal criada em 1935, sendo também responsável pela formação pedagógica dos professores secundários formados naquela universidade.<sup>12</sup>

É interessante também a impressão que Alda conservou de Anísio como “um homem de grande saber”, na verdade, o filósofo que pensou a educação à luz dos ensinamentos de John Dewey, daí possuir uma visão mais prospectiva, mais voltada para a mudança. No seu entender, a designação “escola nova” fora útil no início da campanha dos *Pioneiros*, marcara posição, mas deveria ser abandonada. Por que não “escola progressiva”, indagava ele? O termo *progressiva*, em sua opinião, seria mais preciso, pois indicaria uma escola em permanente mudança.<sup>13</sup> A orientação que obteve de Dewey e que divulgou na década de 30 baseava-se na idéia de que a verdadeira

educação seria aquela capaz de libertar, através de um movimento progressivo, a capacidade individual para fins sociais mais amplos e só um regime democrático poderia realizar essa tarefa (Teixeira, 1997).

Dois indivíduos, dois projetos, diferentes modos de significar a educação, que por sua vez, entrecruzavam-se com tantos outros, mais técnicos, mais poéticos, mais ingênuos, mais críticos, com marcas ideológicas mais ou menos acentuadas e que, por vias transversas, tendiam a se conciliar, de alguma forma, num projeto único e negociado, cujo objetivo comum era a luta pela obrigatoriedade de uma escola pública, laica e gratuita.

Se a imagem de Anísio é tão presente para Alda, torna-se ausente para Marília, alguns anos mais jovem, fato justificado pelo afastamento do educador da vida pública em 1935. Em sua memória adquire centralidade a figura de Lourenço Filho, para ela o verdadeiro construtor do Instituto de Educação. Na verdade, coube-lhe a função de “dar forma” às mudanças estruturais operadas por Anísio Teixeira na instituição edificada por Fernando de Azevedo. Sua participação no *Movimento* tem sido secundarizada, em detrimento dos outros dois, mas na memória da instituição, foi quem deixou marcas mais profundas. Em primeiro lugar, devido à presença física, pois foi diretor da casa entre 1932 e 1937. Além disso, sua *Introdução ao estudo da Escola Nova* escrita em 1930 tornou-se a cartilha do movimento, com ampla divulgação, tornando-se leitura obrigatória em quase todos os cursos normais e pedagógicos do país, embora fosse muitas vezes criticada, por sua visão reducionista e estritamente técnica do *escolanovismo*<sup>14</sup>.

Durante sua gestão, organizou a publicação dos *Arquivos do Instituto de Educação*, anuário destinado a divulgar os relatórios das atividades administrativas, pedagógicas e culturais, contando com a colaboração de vários professores que se dispunham a relatar as práticas e pesquisas ali realizadas. À tarefa de diretor, Lourenço acrescentou o seu empenho em erigir a memória da instituição, registrada através desses Arquivos, verdadeiros *lugares de memória*, porque além de materiais, possuíam simultaneamente características funcionais e simbólicas ( Nora, op. cit.). Percebendo a importância de seu cargo e a instabilidade do momento em que vivia talvez tenha cultivado essa memória como um dever, com um sentido de pertencimento, segredo da própria identidade individual e coletiva. Incomodava-o tremendamente o fato de alguém referir-se ao Instituto pelo nome da instituição que o precedera. *Escola Normal* era uma expressão que condenava: “*Pois não se estava realizando uma verdadeira revolução? Métodos e nomes antigos indicam uma resistência ao progresso.*”<sup>15</sup>

Nos Arquivos, que foram publicados regularmente entre 1935 e 1937, há referências regulares à *Escola de Professores*, experiência que durou poucos anos, pois com o advento do Estado Novo, a Universidade do Distrito Federal foi reestruturada, sendo vários estabelecimentos de ensino transferidos para a Universidade do Brasil, com exceção de alguns, e entre eles o Instituto de

Educação, que Anísio havia implantado com o objetivo de formar o magistério primário em nível superior<sup>16</sup>. De acordo com Mendonça (2002, p. 63), “o processo de transformar a antiga Escola Normal em escola de nível superior para melhor aperfeiçoamento do magistério foi completamente revertido”.

Na Biblioteca do Instituto de Educação, há uma significativa ausência de exemplares dos *Arquivos* entre 1937 e 1945. Após a publicação de março de 1937 (vol. I, número 3) a revista só reaparece em 1945 (vol. II número 1) e, a partir daí, surgem exemplares esparsos referentes aos anos de 1949, 1950, 1956 e 1960. É possível que a coleção esteja incompleta, mas a ausência de publicações durante o período do Estado Novo é, no mínimo, sugestiva.

Marion foi aluna do Instituto entre 1938 e 1944, portanto, sob um outro contexto, pleno de reformas e modificações no currículo escolar<sup>17</sup>, características da política educacional implantada pelo ministro Gustavo Capanema. Em seu depoimento são recorrentes as lembranças à *Festa da Raça*, realizadas no estádio de São Januário no início do mês de setembro, onde as normalistas marchavam, ao lado de outros estudantes diante do presidente da República ou participavam dos corais regidos pelo maestro Villa Lobos. Nesse período, as jovens mestras passaram a incorporar a ideologia autoritária do projeto nacionalista, acreditando que poderiam, através do seu trabalho, incorporar socialmente as massas iletradas, conferindo-lhes dignidade e cidadania.

Na entrevista, Marion nos indica, sem muita certeza, a possibilidade do acontecimento do 5 de abril ter sido “pesquisado” durante os anos 40, talvez na mesma época da criação do hino pelo maestro Vieira Brandão<sup>18</sup> e do Centro Cívico Benjamin Constant, cuja inauguração solene foi presidida pelo presidente Getúlio Vargas<sup>19</sup>, que aliás, foi o paraninfo da turma de 1943.<sup>20</sup> Entretanto, o primeiro registro oficial dessa festa só aparece numa publicação de 1954, remetendo a origem do Instituto de Educação à antiga Escola Normal da Corte, inaugurada por D. Pedro II em 1880, daí os “123 anos de tradição” de que tanto se orgulha o atual corpo docente.<sup>21</sup>

### **Considerações finais**

Aparentemente um detalhe sem importância, essa festa pode ser reveladora de uma intenção deliberada em comprometer a identidade do Instituto enquanto espaço do novo, obra do movimento da reconstrução educacional, cujo projeto não conseguira se acomodar ao espírito autoritário do período pós 1935, ou pode ter sido construída no sentido mesmo de reforçar a identidade da instituição, conferindo-lhe tradição justamente a partir de um momento crítico. Ao que tudo indica, estamos diante do que Hobsbawm (1984) definiu como “tradição inventada”, ou seja, “*prática de natureza ritual ou simbólica, que visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação a um passado histórico apropriado*” (p. 9).

Voltar-se para tempos remotos, retornar às origens, são meios utilizados em momentos de crise profunda que buscam no passado esperança e coragem para superar os momentos difíceis, além de infundir nos indivíduos um sentimento de orgulho por compartilharem um passado de glórias e tradições. A identidade da instituição seria fortalecida a partir dessa idealização, que por não possuir fundamentos objetivos tornou-se um mito, como o dos “anos dourados”, laboriosamente construído a ponto de ser incorporado como senso comum. Não sabemos ao certo em que momento a tradição do 5 de abril foi recuperada, mas a entrevista de Marion e a primeira história do Instituto de Educação nos oferecem pistas. O acidente factual passa despercebido, interessa pouco, porém é importante avaliar a sua repercussão e o modo como foi assimilado e transformado no complexo jogo da memória e do esquecimento.

## Referências

- AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1931.
- \_\_\_\_\_. *A cultura brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Tomo III A transmissão da cultura. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Zaia. A historiografia da Educação na encruzilhada. In SAVIANI, Dermeval et al (orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998, p. 100-114.
- BRITO, Mário de. Lourenço Filho e o Instituto de Educação. In: *Um educador brasileiro: Lourenço Filho; livro jubilar organizado pela Associação Brasileira de Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 69-72.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade temporã : o ensino superior da colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 7-29.
- GIRARDET, Raoul. Do conceito de geração à noção de contemporaneidade. In *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo XXX, abr.-jun, 1983, p. 257-270. Trad. Maria Carolina Granato
- \_\_\_\_\_. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBSAWM, Eric ; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. Secretaria Geral de Educação e Cultura. *Arquivos do Instituto de Educação*. Vol. I, n. 3, março/1937
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- LOPES, Sonia de Castro. *Relatório de Pesquisa Projeto Memória do ISERJ*. Rio de Janeiro, mimeo, 2001.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP, N° 17, nov. 1998, p. 63-201.
- MENDONÇA, Ana Waleska. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. ( Trad. Yara Aun Khoury). In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História. PUC-SP, Dez. 1993, p. 7-28.

- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira, a poesia da ação*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.
- OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, J. ; NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *História do Instituto de Educação*. Distrito Federal: Oficinas Gráficas da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1954.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pequena Introdução à Filosofia da Educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira, a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97-105.

---

<sup>1</sup> Utilizamos a categoria memória coletiva conforme concepção de HALBWACHS, 1990

<sup>2</sup> LOPES, S. C. **Relatório de pesquisa do Projeto Memória ISERJ** (2000)

<sup>3</sup> A última festa do adeus transcorreu em dezembro de 2000, pois com a extinção do Curso Normal a nível médio, a comemoração teria perdido o seu sentido.

<sup>4</sup> Trecho da entrevista concedida por Alda Gomes de Carvalho ao Projeto de Memória do ISERJ em 9/10/2001

<sup>5</sup> Trecho da entrevista concedida por Marília Marques da Costa à autora em 2/10/2000

<sup>6</sup> Trecho da entrevista concedida por Marion Villas Boas ao Projeto de Memória do ISERJ em 31/10/2001

<sup>7</sup> Sobre as discussões historiográficas a respeito da Escola Nova ver BRANDÃO, Z. “*A historiografia da Educação na encruzilhada*” in SAVIANI (1998), ver também CUNHA, L. A. “*Apresentação*” in TEIXEIRA, A. (1997)

<sup>8</sup> As categorias “liberalismo elitista” e “liberalismo igualitarista” que utilizo no texto foram criadas por CUNHA, L. A. (1980).

<sup>9</sup> A noção de projeto aqui tratada é a de SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Apud VELHO, op. cit., p. 101

<sup>10</sup> Apud VIANA FILHO, 1990, p. 57

<sup>11</sup> Essas modificações na estrutura da Escola Normal foram implementadas pelo decreto 3810 de 19 / 3/ 1932

<sup>12</sup> **Arquivos do Instituto de Educação**, vol. I, n.º. 3, março/ 1937.

<sup>13</sup> TEIXEIRA, A. (2000, p. 25) A obra de Anísio Teixeira a que nos referimos “**Pequena introdução à filosofia da Educação**” foi publicada pela primeira vez em 1934. A edição com a qual trabalhamos foi lançada por ocasião do centenário de nascimento do educador (2000).

<sup>14</sup> Ver a respeito NUNES, 2000, p. 191-4.

<sup>15</sup> Conforme BRITO, Mário de. “*Lourenço Filho e o Instituto de Educação*” (1959, p. 72)

<sup>16</sup> O § único do artigo 1 do Decreto-Lei 1.063 de 20-01-1939 que “dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil” estabelecia o seguinte: “Ficam excluídos dos estabelecimentos de que trata este artigo o Instituto de Educação, o Departamento de Artes e Desenho e o Departamento de Música, bem como o curso de formação de professores primários, o curso de orientadores de ensino primário, o curso de administradores escolares e os cursos de aperfeiçoamento da Faculdade de Educação”. Apud MENDONÇA, 2002.

<sup>17</sup> LOPES, S. *Grades curriculares dos anos 40*. In **Relatório de Pesquisa do Projeto Memória do ISERJ**, (mimeo), 2000.

<sup>18</sup> A letra do hino foi composta posteriormente pelo professor Ismael de França Campos, já falecido. Depoimento da professora Marion Villas Boas à autora em 31/10/2001.

<sup>19</sup> “No Instituto de Educação do Rio de Janeiro é fundado mais um centro cívico”. Cine-jornal brasileiro, volume 1, n.º 143, 1940. Apud GARCIA, N. J. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982, p. 131.

<sup>20</sup> Conforme depoimento de Nilza da Silva Camargo à autora em 19/10/2001. Professora formada em 1943, Nilza nos exibiu sua fotografia de formatura, na qual se encontra o presidente Getúlio Vargas.

<sup>21</sup> SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. **História do Instituto de Educação**. Distrito Federal: Oficinas Gráficas da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1954, p. 141.